

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DO LARGO SÃO FRANCISCO

HISTÓRIA DE DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

Período escravista: institucionalização da escravidão “moderna”; condições de trabalho e coisificação do trabalhador ; aparato jurídico; desvalorização do trabalho e a herança na escravidão.

Ana Beatriz Almeida Marques - N°USP 12511260
Antonio Vinicius Ribeiro Franco de Lima - N°USP 12508544

SUMÁRIO

1. Contexto Histórico	2
2. Período Escravista	5
2.1 Institucionalização da Escravidão “Moderna”	5
2.2 Condições de trabalho e Coisificação do trabalhador	6
2.3 Aparato Jurídico	8
2.4 Desvalorização do Trabalho e a Herança da Escravidão	9
3. Referências Bibliográficas	10

1. Contexto Histórico - O descobrimento do Brasil: Latifúndios e Escravidão Indígena.

A Europa, no decorrer do século XIV, passou por uma grande transformação econômica e social, caracterizada como uma crise, marcada por rebeliões populares, guerras, queda da produção agrícola, fome e a famosa peste negra - responsável por matar um terço da população.¹ Entretanto, depois da chamada crise, o continente viveu um período de grande expansão econômica, que foi barrada, durante o século XV, por uma crise de crescimento.

Essa crise de crescimento se deu por muitos fatores, entre eles podemos citar o conflito entre o feudalismo (presente na zona rural) e a economia mercantil (presente nos centros urbanos). Isso porque, à medida em que os feudos não conseguiam sustentar as cidades com sua produção agrícola, a produção artesanal nas cidades não era consumida pela zona rural. Além disso, o comércio urbano dependia de maneira significativa dos produtos vindos do oriente. Porém, a chegada a Europa custava longos trajetos, controlados por árabes, comerciantes e guildas mercantis. Dessa forma, encarecendo os produtos e empobrecendo a principal consumidora deles: a nobreza.

Ademais, a tomada de Constantinopla pelos turcos piorou a situação, visto que a capital do Império Bizantino era a maior feitoria da idade média em razão da sua posição geográfica. Isso iniciou um processo de buscar novos caminhos para o Oriente por meio das navegações.

A expansão marítima teve entre suas motivações o aspecto religioso, visto que a navegação aparecia como um caminho de afirmação da fé em Cristo, pela qual seria capaz converter outras populações ao cristianismo.²

As navegações foram realizadas, em sua maioria, pelos espanhóis e portugueses. Isso ocasionou as chamadas disputas por terras com a descoberta da América. Foi um período marcado pela interferência do Papa e consequentes tratados com o objetivo de dividir a terra.

Sendo assim, segundo o historiador Boris Fausto, quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, encontraram os índios, uma população bastante

¹ ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. Toda a História - História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2002, p. 175.

² ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. Toda a História - História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2002, p. 177.

homogênea culturalmente e linguisticamente. Contudo, apesar de homogênea não existia uma nação, pelo contrário, havia muitos grupos dispersos.³

A economia dos indígenas aqui presentes, era basicamente de subsistência e destinada ao consumo próprio. As aldeias produziam para satisfazer às suas necessidades, havendo mínimas trocas entre alimentos com outras aldeias. A diferença substancial entre a economia europeia e a economia indígena foi fruto de estranhamento e conflitos, tratados posteriormente.

A descoberta do Brasil - inicialmente chamada de Vera-Cruz, não foi fonte de deslumbramento, visto a falta de possibilidades a serem exploradas. As cartas de Vasco da Gama a Portugal demonstram isso, nota-se apenas surpresa com as atrações exóticas. Cabral voltou da viagem pouco tempo depois da sua embarcação, e continuou a viagem para às Índias, na qual obtiveram muito mais sucesso.

A primeira utilidade econômica que despertou interesse foi a extração de pau-brasil. Durante os 30 primeiros anos, o litoral brasileiro era explorado a partir do sistema de feitorias. Quanto à mão de obra, os indígenas forneciam o corte e transporte da madeira em troca de alguns objetos baratos trazidos pelos europeus.

Posteriormente, os outros países europeus viram na América uma oportunidade de lucro. França, Inglaterra e Holanda passaram a questionar a partilha do novo mundo entre portugueses e espanhóis. A Coroa portuguesa então viu a necessidade de colonizar o Brasil, por meio da implementação das capitanias hereditárias. Além da administração, o Rei concedeu aos donatários poder econômico e judicial. No entanto, depois o poder foi centralizado em um Governador-Geral. Tomé de Souza foi o primeiro governador geral do Brasil. Sua expedição foi em sua essência militar e tinha como objetivo, como dito em seu documento, “fazer guerra com quem resistisse”.

“Durante o período colonial a conquista da terra apresenta, por isso, um caráter essencialmente guerreiro. Cada latifúndio desbravado, cada sesmaria ‘povoada’, cada curral erguido, cada engenho ‘fabricado’, tem, como preâmbulo necessário, uma árdua empresa militar.” (SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p 33.)

³ FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo. EDUSP, 2002, P. 12.

Os estabelecimentos coloniais além de se apossar de terras através da expulsão dos habitantes primitivos ainda ocorria a sua escravização , fazendo do índio capturado o escravo da lavoura e fazendas de criação.

No entanto, a falta de investimentos e experiência dos donatários fizeram com que o sistema de capitanias fracassasse. Sobrando apenas as de São Vicente e Pernambuco. Nesse momento a extração de pau brasil já parecia desinteressante e o foco de negócio passou a ser a cultura de cana-de-açúcar, junto a escravização indígena.

Com o início do cultivo de cana-de-açúcar já se iniciou um conflito entre o trabalho indígena e a cultura agrícola. O índio por natureza é nômade se dava melhor com trabalho de exploração de pau-brasil do que com os métodos de uma atividade mais organizada e sedentária que a agrícola exigia. Assim, foi necessário cada vez mais escravizar o índio, tornando-se oficialmente um sistema com mão-de-obra escrava. A resposta para a retomada desse sistema se dava pela falta de perspectiva da chegada de mão de obra imigrante e assalariada, visto a conjuntura de problemas que poderiam se ocasionar.

Contudo, a escravização dos índios não foi sem resistência. Foi cercada de lutas, fugas e assaltos. Porém, foi autorizada, por meio da carta régia, a escravidão dos índios, com a justificativa de serem capturadas em uma guerra justa. Com o incentivo da lei, os povoadores não mediram seus esforços para buscar índios em fuga e captura-los. Essas expedições eram conhecidas como bandeiras, que conquistaram além de índios, um enorme território.

Todavia, outro conflito surgiu entre a comunidade religiosa e os bandeirantes. Em princípio, os jesuítas foram contrários à escravização indígena. Por outro lado, os jesuítas viram uma oportunidade: escravizar para cristianizar e não para obter lucro. Além disso, o índio era visto como um mau trabalhador, com pouca resistência física e eficiência.

A solução para o problema se deu pelo tráfico negreiro. O comércio internacional de escravos , trazidos da costa africana, era um negócio lucrativo e tentador. Foi por esses motivos que se deu a institucionalização do trabalho escravo negro no Brasil.

2. Período escravista

2.1. Institucionalização da Escravidão “Moderna”

O uso de mão de obra negra escravizada foi predominante durante a história do Brasil. Apesar de ter havido uso de mão de obra escrava indígena, especialmente no início da colonização, a escravidão negra foi amplamente mais recorrente, o que se observa a partir de estimativas a respeito da quantidade de africanos que chegaram ao Brasil na situação de escravizados: “estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino.”⁴

Para entender a institucionalização da escravidão negra no Brasil, é importante, primeiramente, entender a diferença desse modelo de escravidão para outros praticados durante a história. A primeira peculiaridade se dá no caráter étnico e racial presente, que muitas vezes servia de justificativa para a escravidão:

“Também, pela primeira vez, escravidão se tornou sinônimo de cor de pele negra, origem da segregação e do preconceito racial que ainda hoje assustam e perturbam a convivência entre as pessoas em muitos países, caso do Brasil e dos Estados Unidos.” (GOMES, Laurentino. *Escravidão Volume I*. 2019, P. 26.)

Além disso, outra peculiaridade está na principal motivação para a escravidão negra no Brasil, fundada em interesses econômicos: inserida no contexto do capitalismo comercial e na prática de medidas mercantilistas, tinha como fim a obtenção do lucro. O tráfico negreiro já era praticado por Portugal desde o século XV e foi facilitado pela presença de feitorias portuguesas na costa africana. O comércio de pessoas escravizadas trazia vultosos lucros para comerciantes e, indiretamente, por meio de impostos, para a Coroa Portuguesa.

Apesar das peculiaridades e das principais motivações da escravidão negra, relacionadas às metrópoles europeias, a escravidão ocorria cotidianamente no Brasil, sendo fundamental para o entedimento da história do país. Para o historiador Laurentino Gomes, a escravidão foi “a experiência mais determinante na história brasileira. (...) Nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor para a

⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995. p. 51

construção da nossa identidade.”⁵ Assim, é importante entender as dinâmicas internas e os aspectos sociais presentes durante o período da escravidão, afim de compreender como tal prática se institucionalizou em nosso país.

2.2 Condições de trabalho e Coisificação do trabalhador

Um dos principais e mais determinantes fatores da escravidão se dá a partir do processo de “coisificação” do escravizado, com o intuito de arrancar sua condição de humano. O próprio tráfico negreiro já contribuía para retirar do escravizado sua humanidade, tendo em vista que, por meio dele, o cativo era tratado como mercadoria . Além disso, eventos que ocorriam desde a costa africana acentuavam esse processo:

“Antes de partir, os africanos eram marcados com ferro em brasa. Em geral, recebiam sobre a pele quatro diferentes sinais. Os que vinham do interior, já chegavam com a identificação do comerciante responsável pelo seu envio ao litoral. Em seguida, o selo da Coroa portuguesa era gravado sobre o peito direito, indicação de que todos os impostos e taxas haviam sido devidamente recolhidos. Uma terceira marca, em forma de cruz, indicava que o cativo já estava batizado. A quarta e última, que poderia ser feita sobre o peito ou nos braços, identificava o nome do traficante que estava despachando a carga” (GOMES, Laurentino. *Escravidão Volume I*. 2019, P. 281.)

E continuavam com a chegada ao Brasil:

“Há homens tão inumanos que o primeiro procedimento que têm com os escravos e a primeira hospedagem que lhes fazem, logo que comprados aparecem na sua presença, é mandá-los açoitar rigorosamente, sem mais causa que a vontade própria de o fazer assim (...) e serem temidos e respeitados.” (ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etíope resgatado*, P.136.)

⁵ GOMES, Laurentino. *Escravidão Volume I*. 2019, P. 34

Para os escravizados, esses episódios de violência, associados a sua dessocialização (tendo em vista que a dinâmica do tráfico negreiro separava o escravizado de sua família e de seu povo, rompendo seus laços de cultura) e a ideia generalizada de sua condição de mercadoria resultou na perda de sua personalidade e em sua inferiorização perante a sociedade e a si mesmo. O escravizado, nesse sentido, entendia-se inferior. Esse processo se deu baseado na violência com que eram tratadas essas pessoas:

“A recuperação da personalidade por parte do escravo e sua consequente ressocialização se dão a partir de uma fórmula estranha: a da aceitação do escravo de sua condição inferior. Essa aceitação não é algo que se instituíra de forma tranquila e mesmo definitiva. Em geral, a violência é a marca dessa relação(...). Essa situação, paradoxalmente, serve para dividir ainda mais os escravos, vez que o ‘bom escravo’ podem ser conferidas melhores lugares e uma ilusão de inserção social.”

(MAIOR, Souto. *História do Direito do Trabalho no Brasil*. 2017. P. 43)

Para alguns estudiosos sobre a formação cultural no Brasil e a influência da escravidão, como Gilberto Freyre, essa relação mais próxima entre o escravizado e seu senhor era símbolo de certa harmonia existente na relação entre senhor e escravizado - especialmente entre aqueles mais próximos, que “aceitaram” sua condição de inferioridade:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.

(FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2003, p. 235.)

Gilberto Freyre não negava a violência da escravidão. Contudo, ao relatar episódios como o citado, contribui para uma visão de suposta harmonia nessas relações. Visão essa que, no entanto, não nos parece correta, por dois motivos previamente citados. Em primeiro lugar, a própria condição de escravo é forçada e baseada em extrema violência; em segundo, a aproximação entre senhor e escravo se dá pela inferiorização deste. Uma relação com essas características não pode ser outra coisa senão antagônica: “E o próprio tamanho da estrutura repressiva já demonstra que o conflito era intenso, o que nos obriga a recusar a ideia de uma certa harmonia de classes (...).”⁶

Dessa forma, percebe-se que a escravidão negra no Brasil se construiu por meio da violência e inferiorização do negro. Esses processos serão determinantes para a construção da história do Brasil. Por meio de seu entendimento, será possível compreender os fenômenos sociais atuais da sociedade brasileira, como o racismo e a desvalorização de determinados trabalhos.

2.3. Aparato Jurídico

O Estado interferia fortemente por meio de dispositivos normativos as relações de trabalho - em benefício à classe dominante - são alguns deles:⁷

Decreto:	Função:	Responsável:
Decreto de 11 de abril de 1829	Ordena que sejam logo executadas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita a seus senhores.	Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa
Decreto de 14 de dezembro de 1830	Estabelece medidas policiais, que na província da Bahia se devem tomar com relação aos escravos, e aos pretos forros africanos.	Manoel Alves Branco
Decreto n. 1310, de 2 de janeiro de 1854.	Declara que o Artigo quarto da Lei de 10 de Junho de 1835, que manda escutar sem recurso as Sentenças condenatórias contra escravos, compreende todos os crimes cometidos pelos mesmos escravos em que caiba a pena de morte.	José Thomaz Nabuco de Araújo.

⁶ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *História do Direito do Trabalho no Brasil*. São Paulo: LTR, 2017. p. 47.

⁷ MAIOR, Jorge Luiz Souto. *História do Direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTR, 2017. p. 45.

2. 4. Desvalorização do Trabalho e a Herança da Escravidão

Uma das formas de perceber como a escravidão repercutiu na história do Direito do Trabalho é a partir da herança escravagista que ainda há quando pensamos no trabalho no Brasil:

Não é incomum, em um debate sobre as relações de trabalho, expressarem-se opiniões que apontam a ingratidão do trabalhador ao ter ingressado com uma reclamação trabalhista perante a Justiça para buscar obter direitos, considerando-se que este trabalhador desconhece o 'favor' que lhe fora feito pelo empregador quando lhe 'deu' um trabalho. (MAIOR, Souto. *História do Direito do Trabalho no Brasil*. 2017. P. 51)

Assim, percebe-se como ainda há em nossa sociedade uma forte influência da escravidão. Não havia como ser diferente, tendo em vista que o tempo de predominância do trabalho escravo é quase 3 vezes maior que o de trabalho livre. Ainda assim, é de se ressaltar que há grupos sociais - notadamente as elites - que conscientemente buscam uma diferenciação em relação ao restante da população. Esse processo não é novo na história do Brasil. O processo de independência, por exemplo, caracterizou-se pela união das elites da época com o objetivo de manter intacta a estrutura social extremamente estratificada (o que incluía a manutenção do trabalho escravo).

Por fim, resta apresentar dados que demonstram a herança da escravidão em nosso país:

- O salário médio dos negros do Brasil é de R\$ 1570,00 por mês; entre o brancos, a renda media é de R\$ 2814,00.⁸
- Em profissões de alta qualificação, prevalecem os brancos: engenheiros - 90%; pilotos de aeronaves - 88%; professores de medicina - 89%.⁹
- Em 2010, os negros representavam só 1,8% entre todos os professores da Universidade de São Paulo (USP).

⁸ IBGE, PNAD contínua 2016/2017

⁹ Ministério do Trabalho, RAIS 2016

3. Referências Bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. Toda a História - História Geral e História do Brasil. Ática, 2002.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo. EDUSP, 2002.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1995.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Laurentino. Escravidão. Volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MAIOR, Souto. História do Direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTR, 2017.

ROCHA, Manuel Ribeiro. Etíope resgatado. Editora UNESP, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.